



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DConama
SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar - Asa Norte - 70730-542 – Brasília/DF
Tel. (61) 2028-2207/2102 - conama@mma.gov.br

Sumário Executivo da 107ª Reunião Ordinária do Conama
Data: 12 e 13 de setembro de 2012
Local: Auditório nº 1 Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 2, Brasília/DF

1. Abertura da reunião pela Ministra do Ministério do Meio Ambiente

1.1. Informação do Quorum

Verificado o quorum, a reunião teve início às 10:20h, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Compuseram a Mesa o embaixador André Corrêa do Lago, o Secretário Executivo do MMA, Francisco Gaetani, o Presidente do Ibama, Volney Zanardi, a Diretora Adriana Mandarino e o Gerente Robson Calixto, ambos do Departamento de Apoio ao Conama - DConama,

Em sua fala, a Ministra ressaltou a importância das negociações durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e do papel que o Brasil deverá desempenhar nos próximos três anos, destacando a necessidade de um trabalho coordenado para que seja cumprido o compromisso de proteção da biodiversidade e a necessidade de melhor acompanhamento das negociações internacionais em relação aos oceanos. O documento final da Rio+20 não contemplou tudo o que o Brasil desejava, na medida em que as resistências foram e são enormes, mas é preciso cuidar da biodiversidade marinha, retomando-se, inclusive, o assunto da criação do Santuário de Baleias no Atlântico Sul, já pactuado. Afirmou que o desafio do Conama é amadurecer e aprofundar o diálogo travado na Conferência, debatendo os temas referentes à sustentabilidade, a fim de contribuir com a formulação das políticas ambientais no Brasil. Ademais, saudou os defensores do Cerrado e da Caatinga, tendo em vista o Dia do Cerrado, e ressaltou a importância do País nas negociações internacionais sobre a proteção da biodiversidade. Em seguida, passou a palavra ao Embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil na Rio+20.

1.2. Painel “Legado da Rio + 20”

Ministério das Relações Exteriores - Embaixador André Corrêa do Lago

Ministério do Meio Ambiente

Conselheiros do CONAMA

O Embaixador André Corrêa do Lago ressaltou que a importância de conferências como a Rio+20, citando também Estocolmo (1972) e Eco 92 (1992), não está na conferência em si nem no longo tempo decorrido entre elas, mas na evolução entre a primeira e a última. Explicou que o impacto não acontece na conferência, mas na agenda de prioridades e ações para os próximos anos. Segundo ele, a Conferência causou impacto em três dimensões: 1) no multilateralismo internacional, quanto ao tratamento de temas do

desenvolvimento sustentável; 2) no fortalecimento do Brasil como ator essencial para o desenvolvimento sustentável; e 3) no papel da sociedade civil, que pode antecipar e acelerar o processo.

Em nível internacional multilateral, foi acordado um documento que estrutura prioridades para o desenvolvimento sustentável nos próximos anos, mas é preciso vontade política para que o processo seja implementado e ele vê o papel do Brasil como catalisador dessa vontade, assumindo o encargo de carregar o legado da Eco 92 e da Rio+20. Os Diálogos do Desenvolvimento Sustentável, promovidos pelo Brasil durante a Conferência, formaram um modelo de discussão, consulta e participação da sociedade civil que será incorporado pela ONU. O Embaixador deixou registrada a importância do estabelecimento de um Centro de Pensamento para a continuidade da Rio+20, tendo a Ministra de Meio Ambiente assinado um Protocolo de Intenções com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Das prioridades da agenda da Rio+20, a primeira é a erradicação da pobreza, o que implica o aumento do consumo e a segunda é a mudança de padrões de produção e consumo, o que definiria o que é desenvolvimento sustentável. As políticas dos países em desenvolvimento atuaram com diferentes modelos, mas houve um impacto sobre os recursos naturais com a entrada desses novos consumidores.

O Embaixador explicou que os objetivos do desenvolvimento sustentável partiram do Brasil, a partir de ideia da Ministra de Meio Ambiente, e foram incorporados ao documento oficial, um sofisticado instrumento para controlar os padrões de produção e consumo, o que atinge a todos no mundo e devem estar definidos até o final de 2014; diferente dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio - ODM, que, por se tratar da erradicação da pobreza no mundo, não atinge a todos os países. Até 2015 espera-se apresentar algo coerente, um equilíbrio entre o social, o econômico e o ambiental. A liderança brasileira em questões sobre biodiversidade e florestas é esperada pelo mundo, assim como o que se refere à ciência e tecnologia, além da cooperação internacional. Hoje, o país vê a agenda ambiental como uma oportunidade e não se mostra apenas defensivo em relação às questões do meio ambiente, sendo hoje uma liderança internacional.

A Ministra fez considerações sobre a Conferência, destacando seus resultados políticos e o fortalecimento do multilateralismo. Apontou a pactuação feita com os países em desenvolvimento quanto à economia verde, a fim de que o conceito não ficasse vinculado às barreiras comerciais e que não representasse impasses para o crescimento econômico. Foi acordado que os países continuariam debatendo o tema nos fóruns internacionais. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA ofereceu um relatório sobre economia verde, assim como o IPEA e o setor privado. A necessidade de se avançar com o desenvolvimento sustentável depende, assim, de uma reformulação da economia. Sobre a estrutura do PNUMA, não houve acordo para transformá-lo em uma agência, mas houve consenso sobre a necessidade de fortalecimento do programa, a fim de torná-lo universal administrativamente, consolidando suas funções e seus departamentos em Nairobi. Essa abordagem permitirá fluxos financeiros e incrementais, com a convergência da sinergia das convenções ambientais, ao modelo das convenções de químicos, tratando-as como “clusters”, gerando uma agenda muito rica para os governos e atores sociais, inclusive para o setor privado.

Em seguida, foi concedida a palavra aos Conselheiros.

Paulo Nogueira-Neto (ADEMASP): Ressaltou as dificuldades que foram vencidas pelo Brasil para realizar a Conferência. Lembrou que, durante a Eco 92, os países falaram a mesma língua, a partir do Relatório da Comissão *Brundtland*, e, agora, o desenvolvimento sustentável foi incorporado ao discurso mundial, inclusive do setor privado, que teve um papel de destaque na Rio+20.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho (ANAMMA Nacional): Afirmou que não se pode negar que houve avanços nas negociações. Apontou que a ANAMMA participou das preparatórias junto aos municípios, provocando encontros que geraram contribuições para a Conferência. Registrou como exemplos de contribuição os encontros nas cidades em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e o encontro C40 com cidades do mundo inteiro. Colocou ao CONAMA e ao MMA a necessidade de se incorporar o protagonismo dos municípios ao SISNAMA.

Patrícia Helena Boson (CNT): Informou que a CNT e o setor empresarial como um todo estiveram engajados, juntamente com a FIESP, a FIRJAN e a CNI, promovendo debates ricos sobre biodiversidade e aproveitamento de recursos, bem como sobre economia verde. Mas em relação ao transporte propõe que

o tema seja mais bem trabalhado para 2015. Ressaltou que o resultado da RIO+20 foi riquíssimo e deve haver uma reflexão de qual o papel do CONAMA diante de tantos desafios.

Paulo Brack (INGÁ): Criticou o fato da Rio+20 não ter incorporado o tema “meio ambiente” e os limites do desenvolvimento. Afirmou que a Cúpula dos Povos entendeu a Conferência como um retrocesso, pois muito se deixou de avançar deste 1992. Países centrais não participaram do evento, pois não há interesse em alterar o modelo de crescimento econômico vigente. As questões climáticas e a perda da biodiversidade não apresentam melhora; a ideia de economia verde representa, para a sociedade civil organizada, um fôlego para a manutenção do sistema econômico. A mercantilização da natureza também foi um tema discutido e combatido pela sociedade civil na Cúpula dos Povos. Afirmou que estão previstas no Brasil obras de infraestrutura em locais prioritários para a conservação de biodiversidade, o que é uma contradição.

Carlos Bocuhy (PROAM): Falou da necessidade de uma ação multissetorial para a reforma do meio ambiente com a direção do Governo. Em síntese colocou duas questões: a necessidade de se entender que sustentabilidade e sobrevivência são a mesma coisa e que precisamos com urgência de uma reforma ambiental brasileira.

Paulo Roberto Martini (SBPC): Informou sobre o encontro realizado pela FAPESP, denominado “O futuro que não queremos: uma reflexão sobre a Rio+20”, e falou sobre a decepção dos cientistas com o resultado da Conferência. Havia uma expectativa de que o texto final reconhecesse, já em sua introdução, o conceito de limites planetários, o que não aconteceu.

Embaixador André Corrêa do Lago: Dentre os comentários feitos, ressaltou que a visão de preservação do meio ambiente isoladamente só serve para países desenvolvidos que já resolveram seus problemas sociais. Para o Brasil tem que ser desenvolvimento multilateral, não se pode pensar em meio ambiente sem atrelá-lo à economia e o encontro foi um avanço no sentido de debater um novo modelo. Quanto à reforma do Estado, no sentido de incorporar as questões ambientais, é um problema em todos os países. Ressaltou que o conceito de limite planetário estaria próximo do conceito de desenvolvimento zero do Clube de Roma, afetando os países em desenvolvimento.

Francisco Soares (FURPA): Externou a decepção com os retrocessos da Conferência. Posicionou-se no sentido de revisão de todo o processo e de um novo planejamento com foco na economia verde.

Zuleica Nycs (AMAR): Externou que o tema segurança química não avançou durante a Conferência, com pouca atenção à agenda marrom. Informou que algumas organizações brasileiras estão participando das negociações em torno de um tratado sobre a contaminação por mercúrio, e que vem observando a participação do governo brasileiro nas negociações. Afirmou que o Brasil não tem políticas públicas sobre o mercúrio e o governo brasileiro tem posições retrógradas sobre o assunto. Solicitou que a sociedade civil seja ouvida, consultada pelo Governo, a fim de que não ocorram retrocessos na última rodada de negociação do tratado, em 2013. Adicionou que o Ministério da Pesca não tem um programa para avaliar a contaminação de mercúrio em peixes para consumo humano.

Antônio Queiroz (CNC): Ilustrou a participação da CNC na Rio+20, tentando demonstrar o engajamento do setor do comércio, que tem participado ativamente da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Chamou atenção para o problema da pirataria, que afeta negativamente o setor.

Ministra Izabella Teixeira: Comentou a iniciativa do Secretário-Geral da ONU de propor o acesso à energia para todos, o que teria gerado muita resistência. Tal comentário teve o intuito de ilustrar a dificuldade das negociações internacionais multilaterais, pois há muita contradição entre os países e, também, no interior de cada país, onde há forças políticas e econômicas contrárias. Concordeu que a agenda dos contaminantes químicos exige um esforço monumental, assim como o debate sobre solos e desertificação no mundo. Sobre o desafio colocado ao Brasil, a Ministra provocou o Conama a discutir os rumos da política ambiental e sugeriu que o Conselho faça uma reunião sobre a Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica. A Ministra concordou quanto à inércia envolvendo a questão do mercúrio. A agenda dos acordos de meio ambiente precisa ser mais visível. A agenda marrom tem que ter uma visão mais estratégica.

Embaixador André Corrêa do Lago: Explicou que o que acontece com a negociação com mercúrios é a divisão entre os grandes grupos de negociação. A posição do Brasil é o resultado das negociações do Governo com a sociedade civil. Por isso a importância de a sociedade influenciar os Ministérios para um consenso. O Itamaraty apenas externaliza a posição do Governo. Apesar de ser um país em desenvolvimento, o Brasil cada vez mais tem se posicionado lá fora. Isso devido ao grande debate interno sobre temas que permitem esse posicionamento.

2. Apresentação de novos Conselheiros

O Secretário-Executivo do MMA apresentou os novos Conselheiros.

3. Aprovação da [transcrição *ipsis verbis*](#) da 106ª Reunião Ordinária, de 30 de maio de 2012

4. Tribuna Livre (15 minutos)

Raimundo Deusdará Filho, conselheiro titular representante do MMA, reabriu a reunião após o almoço e deu início à Tribuna Livre.

Ronaldo Vasconcelos (Ponto Terra): Destacou que o Ibama concede autorização para a criação de fauna exótica mas não o faz para fauna silvestre, o que deve ser resolvido. Pediu o compromisso da Mesa no sentido de acompanhar a questão.

Donizete Tokarski (Ecodata): Apresentou proposta de Resolução para a preservação do Cerrado a partir dos olhos d'água. Essa proposta cria o programa "Arco das Nascentes do Brasil". Ele alertou que o Cerrado é o berço das águas e clama para que se concentrem esforços para que se criem ações efetivas para o cerrado, além das ações comemorativas no dia 11 de setembro.

Jacqueline Vieira da Silva (Goiás): Informou sobre a política de meio ambiente implementada no Estado de Goiás, que visa criar novas unidades de conservação no Estado, e que está em curso o programa para a instalação dos comitês de bacias de Goiás. Quanto às ações no sentido de proteção do Cerrado, informou que foi criado o quarto Jardim Botânico do país, em Cavalcanti – GO, e que o fórum dos secretários de meio ambiente do bioma cerrado elaborou Carta de Prioridades que será encaminhada à Ministra. Fez um apelo no sentido de que a proposta da Ecodata seja transformada em um programa do MMA.

Nádia Ferreira (Amazonas): Esclareceu que o Conselho Estadual de Meio Ambiente regulamentou a atividade de exploração mineral familiar. A atividade de garimpagem no Rio Negro será proibida no Estado, tendo em vista a contaminação por mercúrio nas suas águas.

Valtemir Goldmeier (CNM): Informou sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela ASIBAMA contra a LC nº 140/11. Questionou o fato dos municípios terem esperado tanto tempo pela regulamentação do art. 23 da CF, sendo temerária a ação judicial. Registrou que as metas do plano nacional de resíduos sólidos correm o risco de não serem atingidas pelo curto prazo que se tem para a entrega dos planos municipais de gestão integrada. Apontou para o fato de que o Fundo da Mata Atlântica ainda não foi constituído e questionou o modo como o Cadastro Ambiental Rural – CAR está sendo debatido, sem a participação dos municípios.

Alexandre Rodrigues (Tocantins): Afirmou que os representantes dos Estados estão constrangidos com a pauta do Conama, tendo em vista as inúmeras moções apresentadas, pois o tempo deve ser usado com discussões nacionais, e não com a apreciação de questões locais e pontuais. Afirmou que a pauta do Conama deve ser propositiva, que há resoluções a serem revisadas e o Conselho deve se debruçar sobre elas.

Zuleica Nycs (AMAR): Chamou atenção para o licenciamento da Thyssen Krupp na Baía de Sepetiba e sobre a contaminação da Baía da Guanabara.

Miguel Scarcello (SOS Amazônia): Falou sobre a tentativa de se construir uma gestão participativa compartilhada de unidades de conservação do Acre. Demonstrou preocupação a respeito da resolução estadual de licenciamento de garimpos no Amazonas e sugeriu que o Conama se debruce sobre o tema. Informou que representantes da CPT e do CIMI têm sido ameaçados por seus trabalhos de combate ao desmatamento ilegal.

Geovana Cartaxo (Bioeste): Destacou a importância do bioma caatinga, que tem apenas 1,3% de sua área protegida por unidades de conservação de proteção integral. Informou que o plano de ação de combate ao desmatamento e monitoramento do bioma caatinga ainda não foi apresentado ao Conama. Lembrou que será realizado no Ceará, em fevereiro de 2013, a conferência de combate à desertificação. Pediu para que o Conama participe.

Maria Silvia Rossi (Distrito Federal): Chamou a atenção para o papel do Conama no balanço da Rio+20. O GDF propõe que sejam realizadas plenárias do Conama em conjunto com outros conselhos.

Carlos Bocuhy (PROAM): Necessidade de se traçar um cenário futuro da região Amazônica, a partir da quantidade de intervenções que vem sendo feitas, para uma ação estratégica e integrada de preservação do Bioma.

5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do Conama

O Secretário-Executivo passou a palavra para a Diretora do Dconama, que informou à plenária a admissibilidade dos processos no CIPAM: 1) Processo nº 02000.000882/2012-81 – Proposta de Resolução que altera o art. 2º da Resolução CONAMA nº 426/2010, para ampliar o prazo para implantação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso. Admitido, encaminhado para a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos; 2) Processo nº 02000.000279/2012-07 – Proposta de Resolução para definir como de Utilidade Pública e Interesse Social, Barramentos em Cursos D'Água para fins de Agricultura Irrigada. Retirado pelo proponente, em razão das discussões sobre a nova Lei Florestal.

Miguel Scarcello (SOS Amazônia), membro do CIPAM, ressaltou que durante a reunião do Comitê foi debatida e acordada a necessidade de que ele exerça sua competência na integralidade, nos termos dos incisos do art. 28 do Regimento Interno.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência

Luiz Firmino Pereira (Rio de Janeiro) solicitou a inversão de pauta, para que o item referente à Thyssen Krupp fosse o primeiro dos informes, não havendo manifestação contrária da plenária.

7. Ordem do Dia

RESOLUÇÕES

7.1. [Processo nº 02000.000216/2011-61](#) – Complementação da Resolução nº 417/2009, que definiu vegetação primária e estágios sucessionais secundários de vegetação de Restinga.

Interessado: MMA.

Procedência: 3ª CTAJ. Data: 27/08/12.

Tramitação: durante a 104ª RO do CONAMA foram aprovadas as minutas referentes aos estados de AL, BA, CE, ES, PB, PE, PI, PR, RN, RS, e SE, após pedido de vista realizado na 102ª RO, em 25 e 26/05/11. O Estado de SC teve sua minuta arquivada, permanecendo em vigor a Resolução Conama n. 261, de 1999, que trata dos parâmetros básicos para análise dos estágios sucessionais naquele estado. A minuta do Estado de SP foi devolvida à Câmara Técnica de Biodiversidade, ainda por ocasião da 62ª CTAJ, em 05 e 06/05/2011, constituindo processo específico. Quanto à minuta do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado entenderam ser possível melhorar tecnicamente a proposta em pauta, razão pela qual solicitaram, com base no art. 20 do Regimento Interno do Conama, o sobrestamento do assunto até a 106ª Reunião Ordinária, em 30/05/2012, ocasião em que, nos termos do §7º, art. 21 do Regimento Interno do Conama, deliberou-se por retornar para a Câmara Técnica de origem. A 2ª CTBio, de 24/05/12, aprovou a lista consensual entre MMA e Gov. do RJ, a qual foi apreciada e aprovada pela 3ª CTAJ, em 27/08/12.

Relatores: Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA e Governo do Rio de Janeiro.

Luiz Firmino Pereira (Rio de Janeiro) solicitou que constasse em ata que o Estado apresentará uma proposta específica, abrangendo as oito tipologias de restinga existentes no Rio de Janeiro.

Proposta aprovada sem emendas.

7.2. Processo nº 02000.002120/2010-57 – Revisão da Resolução nº 344/2004 que estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras

Interessado: MMA.

Procedência: 3ª CTAJ. Data: 27/08/12.

Tramitação: Texto-base aprovado na 1ª Reunião da CTCA, tendo havido pedido de vistas coletivo. A minuta foi apreciada e aprovada com emendas pela 2ª reunião em 02/08/12 e, posteriormente, pela 3ª CTAJ, em 27/08/12, com emendas nos artigos 1º, 2º e seu parágrafo único, e art. 32 da versão original.

Relator: Ministério do Meio Ambiente.

Proposta aprovada sem emendas.

Patrícia Boson, conselheira pela CNT, entregou uma complementação à Resolução, por meio de uma Recomendação, para um controle das fontes que fazem parte da matéria aprovada.

MOÇÕES

7.3. Processo nº 02000.001906/2012-19 – Proposta de Moção para garantia de proteção às áreas prioritárias para a biodiversidade bem como condicionar empreendimentos a Avaliações Ambientais estratégicas/Integradas como forma de avanço no Licenciamento Ambiental brasileiro.

Proponente: INGÁ.

Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.

Rejeitada a moção.

7.4. Processo nº 02000.001907/2012-63 – Proposta de Moção de apoio à proteção do Bioma Caatinga.

Proponente: BIOESTE.

Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.

Aprovada a moção.

7.5. Processo nº 02000.001909/2012-52 – Proposta de Moção de apoio às comunidades de Santa Quitéria e Itatira potencialmente atingidas pelos impactos da mineração de urânio e fosfato de Itataia.

Interessado: BIOESTE.

Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.

Ministério do Meio Ambiente pediu vista.

7.6. Processo nº 02000.001910/2012-87 – Proposta de Moção de solidariedade às vítimas da contaminação por metais tóxicos causada pela disposição inadequada de rejeitos da mineração e da queima do carvão mineral na Região Norte e Norte Pioneiro do Estado do Paraná.

Proponente: AMAR.

Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.

ONG Ingá pediu vista.

- 7.7. Processo [nº 02000.001921/2012-67](#) – Proposta de Moção de solidariedade às vítimas da contaminação por metais tóxicos causada pela atividade de recicladoras de baterias e acumuladores da região Norte do Estado do Paraná.**
Proponente: AMAR.
Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.
ONG Ingá pediu vista.
- 7.8. Processo [nº 02000.001912/2012-76](#) – Proposta de Moção de solidariedade às vítimas da contaminação por metais tóxicos causada pela atividade de mineração e metalurgia de chumbo na região do Vale do Ribeira.**
Proponente: AMAR.
Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.
ONG Ingá pediu vista.
- 7.9. Processo [nº 02000.001916/2012-54](#) – Proposta de Moção de solidariedade às vítimas da contaminação por metais tóxicos, causada pela poluição do ar no Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.**
Proponente: AMAR.
Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.
ONG Ingá pediu vista.
- 7.10. Processo [nº 02000.001914/2012-65](#) – Proposta de Moção de solidariedade às vítimas da contaminação por poluentes orgânicos persistentes, causada pelo incêndio de um depósito de resíduos tóxicos em Curitiba PR em 2011.**
Proponente: AMAR.
Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.
ONG Ingá pediu vista.
- 7.11. Processo [nº 02000.001917/2012-07](#) – Proposta de Moção de solidariedade às vítimas da contaminação causada pela queima de pneumáticos e outros resíduos em usina termelétrica no Município de Maringá, Estado do Paraná.**
Proponente: AMAR.
Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.
ONG Ingá pediu vista.
- 7.12. Processo [nº 02000.001919/2012-98](#) – Proposta de Moção de solidariedade aos ribeirinhos atingidos por barragens do Estado do Paraná que estão sendo deslocados compulsoriamente de suas terras, sem que haja uma negociação prévia e coletiva nos moldes recomendados pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.**
Proponente: AMAR.
Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.
O representante da ONG Ingá pediu vista.
- 7.13. Processo [nº 02000.001915/2012-18](#) – Proposta de Moção de solidariedade aos ribeirinhos retirados compulsoriamente de suas terras, as quais foram ocupadas sem qualquer indenização para a formação das matas ciliares em torno dos reservatórios de usinas hidrelétricas localizados no Estado do Paraná.**
Proponente: AMAR.
Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.
ONG Ingá pediu vista.
- 7.14. Processo [nº 02000.001920/2012-12](#) – Proposta de Moção de solidariedade às comunidades indígenas localizadas no Estado do Paraná cujas terras foram confiscadas em**

1949 e que ainda aguardam o processo de demarcação que, conforme o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deveria ter sido concluído em 1993.

Proponente: AMAR.

Procedência: 107ª RO. Data: 12 e 13/09/12.

ONG Ingá pediu vista.

8. Informes e Painéis

PAINÉIS

8.1. Painel “Matriz Energética Brasileira”

Nelson José Hubner Moreira, Diretor Geral da ANEEL

O Diretor Geral da Aneel relatou a expansão da oferta e a diversificação da matriz energética no Brasil e a sustentabilidade ambiental. Afirmou que mais de 90% da energia no Brasil é renovável e que o País tem um consumo muito baixo (Consumo X PIB), se comparado a outros países. Destacou ainda que o país já possui a energia necessária contratada para os próximos dez anos. Comentou sobre o alto custo da implantação do uso da energia solar, ressaltando que o Brasil tem um enorme potencial, assim como em relação ao potencial eólico, o que pode gerar renda às regiões mais pobres. Essa é hoje a segunda fonte mais competitiva no Brasil. Já a biomassa está concentrada em São Paulo, em razão da indústria canavieira, que gera o resíduo transformado em energia. Quando se trata de planejamento energético, é preciso levar em conta o preço, a sustentabilidade ambiental e a segurança energética. Ressaltou-se a complementaridade das fontes, de modo a não se depender de apenas uma delas. Concluiu dizendo que os novos paradigmas para a geração de energia não permitem mais grandes áreas inundadas, bem como que as novas tecnologias devem abarcar esse desafio de equilibrar o aproveitamento e reduzir o impacto ambiental, gerados pelo crescimento demográfico e o acesso a bens e serviços.

Francisco Soares (FURPA): Criticou a ampliação do parque hidrelétrico brasileiro em razão de seus impactos sociais e ambientais. Levantou a questão referente à efetividade do EIA-RIMA.

Antônio Vieira (MOVER): Perguntou sobre o investimento em pesquisa na área energética. Questionou se a energia solar não está sendo utilizada no programa “Minha casa, minha vida”. Demonstrou preocupação com o anúncio do governo acerca da diminuição do custo da energia, bem como com a competição envolvendo a água para produção de energia e produção de alimentos.

Paulo Brack (Ingá): Fez um contraponto ao discurso governamental sobre a exploração da energia hidrelétrica. Afirmou que muitas espécies estão sendo levadas à extinção em razão do barramento dos rios. Questionou o fato do país não inserir no custo da energia o custo social e ambiental decorrente da construção desses empreendimentos. Questionou o fato de o país ter hidrelétricas em construção e planejadas em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Afirmou que o Brasil deve concentrar-se na exploração da energia eólica e solar. Citou o exemplo do Rio Uruguai, cujo planejamento previa inúmeros barramentos. Levantou o fato de empresas apresentarem EIA-RIMAs fraudulentos. Citou o exemplo da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, que passou por uma avaliação ambiental integrada e é um bom exemplo para ser seguido pelo país.

Ronaldo Vasconcelos (Ponto Terra): Questionou o fato da CEMIG estar classificada em vigésimo lugar, em ranking da ANEEL sobre a qualidade das empresas de energia.

Patrícia Helena Boson (CNT): Questionou se a falta de reservatório nas usinas a fio d’água pode prejudicar o aproveitamento adequado das usinas no Brasil. Questionou, também, de que modo a renovação de concessões das empresas energéticas está sendo feita.

Nelson José Hübner Moreira: Afirmou que o país investe em pesquisa energética e que o planejamento energético preocupa-se com a eficiência energética, inclusive parte da tarifa é revertida para pesquisa e

programas de eficiência energética. A segunda fase do programa “Minha casa, minha vida” prevê o aquecimento solar da água.

INFORMES

8.2. Informe do Serviço Florestal Brasileiro sobre o [Relatório de 2011](#) de Gestão de Florestas Públicas, conforme disposto no §2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006.

Estará na pauta da próxima reunião do Conama.

8.3. Informe do IBAMA [sobre pneus inservíveis](#), conforme previsão do art. 16 da Resolução CONAMA Nº 416/2009.

Estará na pauta da próxima reunião do Conama.

8.4. Informe do MMA em comemoração ao Dia do Cerrado sobre andamento do Projeto de Conservação do Cerrado.

Estará na pauta da próxima reunião do Conama.

8.5. Informe do MMA sobre o [relatório](#) de acompanhamento e avaliação do PROCONVE.

Estará na pauta da próxima reunião do Conama.

8.6. Informe do Ministério da Saúde sobre Análise de Impacto na Saúde em Grandes Empreendimentos

Mariana Schneider (Ministério da Saúde): Foi relatada a articulação entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente no intuito de inserir a avaliação da saúde no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos. Atualmente, o Ibama solicita ao Ministério da Saúde pareceres sobre o impacto dos empreendimentos na saúde, com fundamento na Resolução 237 do Conama, além de análises de Planos Básicos Ambientais e de Estudos de Impactos Ambientais. Ressaltou a importância da participação do Ministério da Saúde desde o início do processo de licenciamento.

8.7. Informe dos Conselheiros do [Ministério da Saúde](#), do estado do [Rio de Janeiro](#) e da [CNI](#) sobre o caso relativo à empresa Thyssen Krupp, conforme aprovado na 106ª Reunião Ordinária do Conama.

O Conselheiro Luiz Belino, do Ministério da Saúde, passou a palavra ao professor Alexandre Pessoa, pesquisador da FIOCRUZ, que atua no campo da saúde ambiental. Esse relatou que os grandes empreendimentos industriais instalados na Bacia de Sepetiba, no Rio de Janeiro, dentre eles a siderúrgica Thyssen Krupp, geram uma série de conflitos socioambientais decorrentes dos impactos ambientais e na saúde da população, que devem ser mitigados. Destacou-se que o funcionamento do primeiro alto-forno ocasionou o despejo de material poluente, que resultou em sérios impactos à saúde das pessoas, havendo uma série de mobilizações quando da liberação do segundo forno, contrariando diversos princípios ambientais e constitucionais. Ainda, questionou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela empresa, que apresenta 134 não conformidades. Citou a extinção da pesca artesanal na região como consequência desses processos de industrialização na região. Agradeceu aos proponentes das moções, retiradas de pauta na última plenária, que se solidarizaram ao trabalho dos servidores públicos da Fiocruz e da UERJ que se dedicam a avaliar os impactos à saúde dos moradores e trabalhadores da região, bem como às diversas manifestações que clamaram pela liberdade de pesquisa na ocasião.

Mônica Lima (UERJ): Afirmou que acompanha o caso da Thyssen Krupp, o qual tem grande repercussão internacional, sendo emblemático. Relatou que é preciso analisar os efeitos sinérgicos e cumulativos da implantação de uma série de siderúrgicas na região da Baía de Sepetiba. Chamou a atenção do Conama para acompanhar o caso. Relatou que a população da área tem sofrido danos irreversíveis à saúde. Ademais, como o sistema de saúde da região está sucateado, muitas vítimas não foram contabilizadas, de modo que os danos são maiores do que o registrado. Solicitou que o Conama

tome conhecimento do documento do grupo de trabalho “GT Saúde” criado para avaliar impactos à saúde. Chamou atenção para o fato das empresas receberem uma série de isenções fiscais, dinheiro público que poderia ser investido na construção de escolas e hospitais. Questionou os termos do TAC, bem como o fato de o Ibama não ter acompanhado o licenciamento.

Luiz Firmino Pereira (Rio de Janeiro): Esclareceu que o licenciamento da empresa se deu com base nos padrões de qualidade ambiental determinados pelo Conama, estando esse em área industrial e que a necessidade de controle é delicada, tendo em vista os bairros residenciais que estão instalados próximos às siderúrgicas. Explicou como o primeiro evento que levou à poluição chamada “chuva de prata” se deu. Em razão dos problemas apresentados, a empresa não conseguiu a licença de operação. Esclareceu que o TAC foi firmado para possibilitar a prorrogação da licença de instalação, ampliando a fase de testes e que esse contemplou uma série de ações de compensação. Defendeu as condições impostas pelo TAC e a qualidade dos licenciamentos realizados pelo órgão. Apontou para o fato dos padrões definidos pelo Conama serem menos restritivos que os padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS). Relatou que o INEA autuou a empresa duas vezes. Esclareceu que as doações recebidas pelo INEA decorreram de um acordo firmado com a FIRJAN, que foi acompanhado pelo Ministério Público em 2006. Ressaltou que o órgão garante o acesso à informação, pois todos os processos são públicos. Por fim, informou que a empresa está caminhando no sentido de receber a licença de operação, já que, atualmente, atende às condicionantes e aos padrões, inclusive os do Conama.

Wanderley Coelho (CNI): Passou a palavra ao senhor Tiago Brito, advogado representante da empresa, que relatou as demandas judiciais que foram ajuizadas contra os pesquisadores da FIOCRUZ e da UERJ. Ressaltou que as ações já foram extintas, tendo em vista acordo firmado entre as partes.

Paulo Nogueira-Neto (ADEMASP): Afirmou que as atividades da empresa devem ser interditadas imediatamente, sob pena de descumprimento da Constituição Federal. Apontou para a responsabilidade do Conama, que deve solicitar o fechamento da indústria.

Francisco Soares (FURPA): Chamou a atenção para o problema da poluição e se solidarizou com os pesquisadores. Defendeu as moções do Conama como instrumentos capazes de trazer ao Conselho importantes temas de discussão.

Zuleica Nycs (AMAR): Agradeceu a todos pelos informes e questionou o TAC, já que, desde a licença prévia, o órgão ambiental sabia que a empresa pretendia implantar uma tecnologia obsoleta no país. Questionou a capacidade do INEA para avaliar o empreendimento, bem como até que ponto o fato da empresa ter doado recursos ao Instituto comprometeria a lisura do processo de licenciamento.

Carlos Bocuhy (PROAM): Reforçou que o Conama deve rever seus padrões de qualidade do ar e ressaltou que os pesquisadores não podem ter tolhidos os seus direitos e a sua liberdade de pesquisa. Afirmou que apresentará proposta de resolução de revisão dos padrões.

Francisco Gaetani (MMA): Sugeriu reunião interna ao MMA para debater o assunto.

9. Encerramento